

**Exmo Sr
Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal**

Em complementação aos meus expedientes da Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo – CEAPF, apresento a Vossa Excelência, a atualização do levantamento das proposições que não terão impacto fiscal e estão em condições de votação pelas Comissões e/ou pelo Plenário.

Trata-se, mais especificamente, da inclusão do PEC 78, de 2013, e da exclusão do PLS nº 308, de 2015, do rol de proposições para pronta apreciação sem ônus para o Governo Federal.

As proposições em questão constam dos três relatórios apresentados, em 17 de junho último, no âmbito da Coordenação Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo – CEAPF, pelas Coordenações de Finanças Estaduais, de Finanças Municipais e de Organização Administrativa e Serviços Públicos.

I. FINANÇAS ESTADUAIS

A primeira comissão identificou 49 proposições do interesse dos governos estaduais, com quatro tramitando na Câmara dos Deputados.¹ Entre as 45 restantes, a relatora entendeu que dezesseis merecem ser debatidas pela CEAPF: duas estariam em condições de ser apreciadas pelo Plenário; quatro

¹ Conforme minuta de relatório elaborado pela Consultoria Legislativa em 19 de junho de 2015.

comporiam um núcleo do pacto federativo relacionado com finanças estaduais; e dez representariam contribuições relevantes. Em relação ao segundo grupo, há duas propostas que não implicam ônus financeiro para o Governo Federal. São elas:

FINANÇAS ESTADUAIS		
PROPOSIÇÃO	DEMANDA	Nº DE COMISSÕES A TRAMITAR + PLENÁRIO
PEC 78/2013	Prorrogação dos percentuais mínimos destinados à irrigação	1 (PLEN)
PLS 183/2015	Permite o levantamento de depósitos judiciais e administrativos	2 (CAE/CCJ)
PRS 1/2013	Unifica as alíquotas de ICMS	3 (CDR/CCJ/PLEN)

Impõe-se notar, porém, que o teor do PLS 183/2015 foi incorporado ao PLC 15/2015 – Complementar, ora tramitando na Câmara dos Deputados. Ademais, o PRS 1/2013, por suas implicações nos tesouros estaduais, requer discussões adicionais sobre eventuais compensações, o que torna desaconselhável a sua rápida aprovação. Assim, resta, o PEC 78/2013, que está pronto para deliberação do Plenário.

II. FINANÇAS MUNICIPAIS

A segunda comissão identificou 35 proposições do interesse dos governos municipais. As propostas foram assim agrupadas pela relatora: quatro para imediata aprovação (sem ônus para o Governo Federal); 28 para aprovação após debate; e três a ser desconsideradas pela CEAPF. Ademais, há duas minutas de PECs elaboradas pela Consultoria Legislativa que poderão ser apresentadas no intuito de atender demandas formuladas pelos prefeitos e

que não implicam ônus para o Governo Federal. Dessa forma, as matérias para pronta apreciação são as seguintes:

FINANÇAS MUNICIPAIS		
PROPOSIÇÃO	DEMANDA	Nº DE COMISSÕES A TRAMITAR + PLENÁRIO
PLS 277/2014		
- Complementar PLS 168/2014	Atualização do IPTU no início de cada mandato	2 (CAE/PLEN)
- Complementar PLS 501/2013	Modernização da legislação do ISS	2 (CAE/PLEN)
- Complementar PLS 414/2012	Modernização da legislação do ISS	2 (CAE/PLEN)
- Complementar PEC a ser apresentada	Proibição da criação de despesas no âmbito municipal sem indicação de fonte de receita	3 (CCJ/2 PLEN)
- Complementar PEC a ser apresentada	Ampliação para 50% do valor repartido de ICMS a ser distribuído na forma da lei estadual	3 (CCJ/2 PLEN)

III. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E SERVIÇOS PÚBLICOS

A terceira comissão identificou 38 proposições relacionadas com políticas setoriais do interesse dos governos estaduais e municipais. As propostas foram assim agrupadas pelo relator: quinze para imediata aprovação (sem ônus para o Governo Federal); onze para aprovação após debate; e doze a ser desconsideradas pela CEAPF (por apresentarem problemas quanto ao mérito ou por não terem relação com a questão federativa). Ademais, há quatro minutas de PECs e PLSs elaboradas pela Consultoria Legislativa que poderão ser apresentadas no intuito de atender demandas formuladas pelos governadores e pelos prefeitos, sendo que duas não implicam ônus para o Governo Federal. Dessa forma, as matérias para pronta apreciação são as seguintes:

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROPOSIÇÃO	DEMANDA	Nº DE COMISSÕES A TRAMITAR + PLENÁRIO
PLS 196/2014	Consórcios municipais	1 (CCJ)
PLS 302/2015	Consórcios municipais	1 (CCJ)
PLS 303/2015	Consórcios municipais	1 (CCJ)
PDS 85/2015	Energia	4 (CAE/CI/CCJ/PLEN)
PEC 61/2015	FPE e FPM	3 (CCJ/2 PLEN)
PEC 72/2015	ISS	3 (CCJ/2 PLEN)
PLS 425/2014	Meio ambiente	1 (PLEN)
PLS 348/2015	PIS/PASEP	1 (CCJ)
PEC 73/2015	Representação jurídica	3 (CCJ/2 PLEN)
PLS 189/2014	Saúde	2 (CAE/PLEN)
PLS 254/2015 - Complementar	Saúde	3 (CAS/CAE/PLEN)
PEC 33/2014	Segurança Pública	2 (CCJ/PLEN)
PLS 554/2011	Segurança Pública	1 (CCJ)
PLS 479/2012	Segurança Pública	1 (CCJ)
PLS 89/2015	Segurança Pública	2 (CDH/CCJ)
PEC a ser apresentada	Flexibilização da estrutura organizacional de municípios pequenos	3 (CCJ/2 PLEN)
PEC a ser apresentada	Proibição da contratação de servidores públicos para executar programas federais e estaduais	3 (CCJ/2 PLEN)

Em resumo, os relatórios das três coordenações propõem que vinte proposições já tramitando (1 + 4 + 15) e quatro minutas recém elaboradas (0 + 2 + 2), todas sem ônus para a União, recebam tratamento prioritário no âmbito desta Casa. Os três quadros anteriores estão

consolidados no final desta Nota. Há duas relações: (i) proposições para pronta apreciação (sem ônus para o Governo Federal); e (ii) minutas a ser apresentadas em ônus para o Governo Federal.

IV. SAÚDE

Destaque-se, por fim, que a relatora da Coordenação de Finanças Estaduais, Senadora Lúcia Vânia, elaborou relatório específico sobre a área de saúde, no qual constam como projetos prioritários o PLS nº 189, de 2014 – Complementar, e o PLS nº 308, de 2015.² O primeiro, entretanto, já está entre os projetos priorizados pelos relatórios mencionados anteriormente, enquanto o segundo implica ônus para o Governo Federal e precisará ser examinado com mais vagar. Esse último relatório também lista nove proposições como passíveis de análise, uma já na Câmara dos Deputados, e treze outras NÃO passíveis de análise, duas já na Casa revisora.

Solicito apreciação por parte desta Presidência, no sentido de dar celeridade na tramitação dos projetos.

Respeitosamente,

Senador Walter Pinheiro

**Presidente - Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto
Federativo – CEAPF**

² É igualmente mencionado o PLP nº 321, de 2013, ainda sendo apreciado pela Câmara dos Deputados.

PROPOSIÇÕES PARA PRONTA APRECIÇÃO

[SEM ÔNUS PARA O GOVERNO FEDERAL]

PROPOSIÇÃO	DEMANDA	Nº DE COMISSÕES A TRAMITAR + PLENÁRIO
PLS 277/2014		
- Complementar	Atualização do IPTU no início de cada mandato	2 (CAE/PLEN)
PLS 196/2014	Consórcios municipais	1 (CCJ)
PLS 302/2015	Consórcios municipais	1 (CCJ)
PLS 303/2015	Consórcios municipais	1 (CCJ)
PDS 85/2015	Energia	4 (CAE/CI/CCJ/PLEN)
PEC 61/2015	FPE e FPM	3 (CCJ/2 PLEN)
PEC 72/2015	ISS	3 (CCJ/2 PLEN)
PLS 425/2014	Meio ambiente	1 (PLEN)
PLS 168/2014		
- Complementar	Modernização da legislação do ISS	2 (CAE/PLEN)
PLS 414/2012		
- Complementar	Modernização da legislação do ISS	2 (CAE/PLEN)
PLS 501/2013		
- Complementar	Modernização da legislação do ISS	2 (CAE/PLEN)
PLS 348/2015	PIS/PASEP	1 (CCJ)
PEC 78/2013	Prorrogação dos percentuais mínimos destinados à irrigação	1 (PLEN)
PEC 73/2015	Representação jurídica	3 (CCJ/2 PLEN)
PLS 189/2014	Saúde	2 (CAE/PLEN)
PLS 254/2015		
- Complementar	Saúde	3 (CAS/CAE/PLEN)
PEC 33/2014	Segurança Pública	2 (CCJ/PLEN)
PLS 479/2012	Segurança Pública	1 (CCJ)
PLS 554/2011	Segurança Pública	1 (CCJ)
PLS 89/2015	Segurança Pública	2 (CDH/CCJ)

MINUTAS A SER APRESENTADAS SEM ÔNUS PARA O GOVERNO FEDERAL

PROPOSIÇÃO	DEMANDA	Nº DE COMISSÕES A TRAMITAR + PLENÁRIO
PEC	Ampliação para 50% do valor repartido de ICMS a ser distribuído na forma da lei estadual	3 (CCJ/2 PLEN)
PEC	Flexibilização da estrutura organizacional de municípios pequenos	3 (CCJ/2 PLEN)
PEC	Proibição da contratação de servidores públicos para executar programas federais e estaduais	3 (CCJ/2 PLEN)
PEC	Proibição da criação de despesas no âmbito municipal sem indicação de fonte de receita	3 (CCJ/2 PLEN)